

Educação Ambiental: Revisão Literária Sobre a Construção de uma Sociedade Ecologicamente Consciente

EDUARDO AUGUSTO RICARDO

Graduado em Ciências Biológicas | Universidade Estadual de Goiás/ UEG
Pós-Graduação em Imunologia e Microbiologia |
Faculdade Única de Ipatinga. Goianésia, Estado de Goiás. Brasil

ELIAS ALVES DE SOUZA

Mestre em Estudos Ambientais pela
Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales / UCES. Argentina
Biólogo & Professor de Ciências, coordenador Pedagógico da
Fundação Jalles Machado. Goianésia, Estado de Goiás. Brasil

SEBASTIÃO FERREIRA LISBOA NETO

Mestre em Ciência e Meio Ambiente
Universidade Federal do Pará

Resumo

O presente trabalho apresenta a temática da educação ambiental nas escolas como instrumento para a promoção da prática voltado para a sustentabilidade e conservação do meio ambiente, despertando a conscientização coletiva do alunado, visando a construção do ensino-aprendizagem. Este trabalho deve ser excluído para fins de projetos e programas governamentais. O objetivo principal deste trabalho é exemplificar como podem ser desenvolvidas ações cotidianas com os alunos do Ensino Fundamental primeira fase, de modo a ensiná-los a respeito de cidadania e deveres coletivos para a conservação do meio ambiente na perspectiva da escola é também da sociedade. A metodologia adotada nesta sistematização se configura como uma análise bibliográfica crítica e argumentativa acerca das produções mais importantes que abordam a temática em questão. Portanto após o desenvolvimento da pesquisa foi possível mensurar que é possível trabalhar com a EA (Educação Ambiental) nas salas de aulas brasileiras, porém para atingir sistematicamente os discentes envolvidos neste cenário e necessário que o docente busque se especializar e flexibilizar-se a cada dia mais para a inserção deste conteúdo em sala de aula ao mesmo tempo em que deve procurar chamar a atenção dos educandos para a construção de uma

sociedade melhor, mais justa e comprometida com a conservação dos recursos naturais.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Meio Ambiente. Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental é de suma importância para a sociedade contemporânea, dada a preocupação com os graves problemas ambientais, bem como, a percepção da finitude dos bens naturais. Em contrapartida, a falta desta percepção também preocupa os especialistas em Educação Ambiental e altera a idealização de uma sociedade mais consciente. Salientando que, as políticas públicas reforçam apenas a sua preocupação com a lucratividade e muito pouco com a preservação de seus recursos naturais prejudicando a qualidade de vida dos seres vivos como um todo.

As crianças devem ser ensinadas desde pequenas a respeito da preservação e cuidado com o meio ambiente, enfocando nesta temática que, para se ter boa qualidade de vida e de grande relevância que se tenha percepção dos cuidados para com meio ambiente respeitando a fauna e a flora bem como os recursos renováveis e não renováveis. Portanto, este estudo se baseia em pesquisas publicadas com descritores voltados para o Ensino Fundamental primeira fase de 1º a 5º ano, e tem como objetivo a abordagem do ensino de ciências dentro da perspectivada Educação Ambiental amparada pelos PCNs (Parâmetros curriculares nacionais), pertencente a temática meio ambiente, onde deve ser vislumbrando influencia deste tema no processo de ensino-aprendizagem e também na interação criança-natureza e escola.

No decorrer do texto, ir-se-á apresentar as leis que amparam a educação ambiental nos currículos escolares, sua inserção na Constituição Federal e a explanação da LDB 9.394/96, que a coloca como um tema transversal e inerente a todas as fases do desenvolvimento educacional.

O objetivo deste texto é contribuir para a percepção dos educandos a respeito da finitude dos recursos ambientais e instigar nós mesmos a prática de como preserva-los. Além de colocar-se como

subsídio para reforçar a necessidade de uma educação preocupada com a preservação dos recursos naturais. Sendo uma produção para fins de pesquisas posteriores, quais sejam vinculadas a educação básica e a promoção do conhecimento crítico, analítico e descritivo.

A metodologia desenvolvida é bibliográfica, pautada em artigos científicos com a temática da Educação Ambiental e suas contribuições no cotidiano social e dentro do âmbito escolar. Essencialmente para as crianças do Ensino Fundamental primeira fase.

Em um primeiro momento, o desenvolvimento do trabalho enfoca a descrição da sociedade perante os problemas ambientais, por conseguinte, vindo a demonstrar como o capitalismo e o acúmulo de bens materiais interferem na promoção da Educação Ambiental tanto âmbito escolar como na convivência social.

Em um próximo tópico, ir-se-á analisar o processo de inserção da causa ambiental no ensino fundamental, de modo que, os educandos sejam levados a sentir-se parte da natureza, a fim de compreender como seu equilíbrio é essencial para a sua sobrevivência, e que o mesmo possui certo limites de exploração.

Por fim, a utilização do ensino de ciências no ensino fundamental primeira fase de 1^a a 5^o ano, como subsídio para a apresentação da causa ambiental, bem como sua efetivação, por meio da interação com a natureza, de acordo com a legislação que ampara a presença da EA no currículo escolar e sua importância para a sociedade e também na construção do ensino-aprendizagem dos educandos.

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: SONHO POSSÍVEL

Quando se fala em educação ambiental, parece que o educador está falando de um sonho, mas a mesma pode e deve ser efetivada na prática, principalmente no cotidiano das escolas. Não é uma ideologia ou atitudes específicas que devem ser tomadas, são parte da consciência coletiva que devem ser despertadas através dos estímulos educacionais. O processo inicia assim que os educandos compreendem de onde surgiu a situação da natureza na atual conjuntura, a qual não foi rapidamente instalada.

Marques (2018), afirma que a sociedade contemporânea está atrelada ao capitalismo, deste modo, entra em um conseqüente colapso criado por ela mesma, o qual é refletido na natureza. Por meio da intoxicação direta ou indireta, ocasionada pela poluição/degradação, extinção de animais, inundações, vendavais, etc. Mesmo assim parece que o homem não consegue fazer a conexão com a preservação, apesar de o ambiente nunca ter deixado de mandar recados alarmantes.

Se não pelo amor será pela dor, a sociedade perceberá que não haverá escolha em um futuro próximo, pois já existem muitas espécies escassas, rios que viraram açudes de areia e deserto, geleiras derretendo... uma desarmonia ambiental criada por suas mãos, buscando seu crescimento econômico, em nome de benefícios individuais, o homem caminha para a sua própria extinção.

Zuben (2006) apud Reigota (2010, p. 548), a tecnologia sem dúvidas tem acarretado uma equilibrada melhoria na qualidade de vida dos indivíduos, fazendo com que conquistem a longevidade e maior interação social, em contrapartida, incita um crescente prejuízo ao meio ambiente, e conseqüentemente ao planeta, o que é incompatível ao bem-estar futuro das próximas gerações.

O termo qualidade de vida em muitos casos é distorcido, devido a sua associação a tecnologia, ou mesmo, a rapidez de processos cotidianos. O que prejudica a visão ecológica, porque o que favorece a expansão de recursos facilitadores, pode contribuir para uma forte e crescente degradação ambiental. No entanto, percebe-se que estar em um ambiente preservado é essencial para o bem-estar psicológico do indivíduo e também para sua saúde física, sendo assim, não é possível dissociar este quesito em prol dos avanços na área da tecnociência.

Soma-se a este fator, a concepção de Oliveira (2015), de que, os problemas efetivamente palpáveis (concretos), são alarmantes para a mudança de pensamento e ação dos agentes sociais. Reduzida diversidade na fauna e flora, poluição do solo e da água, bem como fatores estruturais ligados aos mesmos, a pobreza, fome, saneamento básico e etc.

Quando confrontados pelos resultados de suas atividades indevidas com relação à natureza, a sociedade pode reconsiderar e visualizar que existe um problema, que precisa ser levado em consideração ao investir em recursos tecnológicos ou em construções de grande porte. Deve-se procurar preservar e construir, ou seja,

evitar-se ao máximo destruir, mas sim fazer da paisagem já existente um complemento, além de ter de repensar o descarte de resíduos industriais e eletrônicos, antes mesmo de adquiri-los.

Autores como Muline & Campos (2016), defendem a perspectiva de que a educação ambiental, especialmente nas escolas, pode levar a sensibilização do homem para a crise socioambiental agravada neste século. Esta ideologia é empregada na educação de forma consciente, por meio do diálogo intra escolar e por meio da interação com o meio ambiente. Desenvolvida em uma metodologia transversal, ou seja, incluída dentro de disciplinas obrigatórias, essencialmente em ciências ou biologia.

As crianças são levadas a tomar gosto pelas causas ambientais, a cuidar dos animais, aprender a esperar o processo de plantio, o cultivo e a economizar água e os recursos naturais disponíveis, etc. Por que assim, ao retornarem para a casa vão expressar essa sensação para a sua família, sensibilizando-os para a problematização que envolve a temática da educação Ambiental. Deste modo, a sociedade vai compreender a importância de cuidar dos recursos naturais.

Interessante explicitar que, existem alguns fatores essenciais antes de almejar-se a construção de uma educação ambiental, o primeiro deles é que a maior parte do alunado vive na cidade, em meio ao caos da superpopulação e o consumismo exacerbado, e o mais importante de todos é o desenvolvimento da tecnologia de modo acelerado, que omite o conceito de preservação (TORRES & BALASSIANO, 2010, p. 30).

Não é possível dissociar a educação da sociedade na qual se insere. Os alunos são agentes sociais e aprendem através de diversas mídias e contextos, pois isso faz parte de sua realidade histórico-social construída ao longo do tempo. Uma forma de prender a atenção dos educandos é a inserção de recursos tecnológicos na apresentação do tema. Não se atendo apenas aos vídeos trágicos de poluição, desmatamento, etc, mas sim, ao que pode ser feito com o que se tem em mãos.

Guimarães (2007) apud Almeida & Figueiró (2016), tem uma percepção salutar no processo de construção de crianças mais comprometidos com as práticas sustentáveis, o autor retifica que o educador para a ambientalidade procura romper com os padrões e

paradigmas da contemporaneidade. Trabalha com uma variedade de valores, tais como, uma sensibilização maior, a autoestima e o contínuo exercício da transformação, promovendo a coragem para lutar pela causa ambiental, de modo, a criar mais mobilizadores e conseqüentemente promotores da educação para a preservação do meio ambiente (ALMEIDA & FIGUEIRÓ, 2016, p. 67).

Sendo assim, a educação não deve estar atenta apenas de munir as crianças com os conhecimentos pré-estabelecidos pelas diretrizes curriculares, mas ofertar-lhes amplas oportunidades de contextualizar e transformar sua realidade em determinados fatos históricos e sociais. Além de desenvolver o pensamento crítico, a fim de fazer deles porta-voz da ambientalidade. É um trabalho árduo e que deve ser feito dia após dia, mas que com o passar do tempo gerará frutos inimagináveis.

Como sugestão para os profissionais da educação, o melhor a se fazer é propor projetos, rodas de conversa, leituras acerca do assunto, propondo também a análise de documentários e estudos de caso, fazendo com que o conhecimento acadêmico adentre as portas da sala de aula e não fique preso na dicotomia da sala de aula.

Autores como Teixeira (2016), expõem a necessidade de se desenvolver o conceito de sustentabilidade nos alunos. No entanto, isso só é possível por meio de uma educação voltada para as causas ambientais. Logo, os alunos poderão perceber que é pela ação do homem que os recursos se esvaem. Não do modo como preveem atualmente, mais como se tudo durasse infinitamente.

Essa concepção é um reflexo da sociedade capitalista. Preocupar-se com a acumulação de bens, sem imaginar para onde vai todo o lixo produzido. Não refletindo quantas sacolas plásticas, garrafas pet., pneus, etc. são descartados em locais inapropriados. Soma-se a isto, o consumo excessivo de fast-foods e as chamadas marmitas, fatores que geram muito mais produção de lixo entre outros dejetos.

Na atualidade o mais preocupante são os chamados lixos eletrônicos. Pois, a sociedade compra algo, logo aquele recurso fica obsoleto ou simplesmente dá um defeito, não se usa mais consertar, mas sim descartar. Parece mais rápido ou ainda mais prático, jogar fora. Afinal, para onde tudo isso vai? Se em muitos casos, os professores não sabem, imagine os alunos.

De acordo com o INEA - RJ (2014, p. 04), em seu guia de Educação Ambiental, organizado pelo governo do Estado, haviam passado quatro décadas de pesquisas nesta área, no entanto, a sociedade ainda via como missão ecologicamente cumprida, a entrega de panfletos, eventos esparsos e palestras conscientizadoras. Só que essa atitude parece um sedativo para acalmar a situação, mas não se mostra como um processo educativo e eficaz.

Esta concepção é consumada em todas as regiões do Brasil, porque para as autoridades governamentais é mais fácil não se esforçar e fazer apenas o básico, de modo que pareça que foi feito, mas não se importando com os frutos que irá gerar, se serão eficazes ou não. A educação se esgota em si, ela faz parte de uma rede, que deve ser construída e moldada de acordo com a realidade e as demandas sociais vigentes.

O importante, principalmente na Educação Infantil é a contextualização temática, sobretudo porque assim haverá sentido para os educandos naquela ação. Caso contrário, será apenas um amontoado de informações superficiais que não levam a nenhum objetivo, muito menos educativo. O aluno deve ser capaz de refletir sobre suas atitudes, compreendendo que existem consequências, não focalizando apenas o problema. O que exige um processo de sensibilização e análise contínua.

Ainda no documento redigido pelo INEA - RJ, os organizadores apontam para a falta de preparo dos profissionais que atendem a sociedade. Portanto, existe uma escassez de recursos para a execução do plano de desenvolvimento sustentável. A premissa da compreensão para as consequências dos excessos, principalmente de lixo, atrelado ao consumismo é o diálogo (2014, p. 05-06).

O ato de educar é construído, deve ser trabalhado com muito cuidado e atenção redobrada. As crianças poderão participar ativamente de todo o processo, podendo refletir e se desenvolver, dialogando, sendo munidos de análise crítica e poder de ação. Quanto mais cedo isso ocorrer, melhor será a sociedade do futuro.

O INEA - RJ, traz uma reflexão acerca da educação ambiental crítica, que é a vertente defendida neste trabalho. O educando precisa se entender como um sujeito social, como uma peça de um todo. Ao invés de agir sobre as ações individuais, esta concepção irá focar em

grupos, por exemplo: associações, comunidades, etc. INEA - RJ (2014, p. 22).

A premissa da criticidade é a consciência social, porque unidos, as pessoas vão mais longe, se a causa de muitos for a mesma, será mais fácil sua efetivação. Por mais diferentes que cada membro da sociedade sejam, todos precisam dos recursos naturais para viverem bem.

A concepção de Krasilchik (1986) apud Campos (2017, p. 89) é essencial para a construção do enredo que se seguirá nas próximas discussões propostas no texto. A base fundamentadora da Educação ambiental é o envolvimento do educando nas práxis. As crianças devem ser habilitadas para discutir, analisar e descrever criticamente situações-problemas.

Os educandos precisam literalmente colocar as mãos na massa e explorar, portanto, o educador não deve se ater apenas aos conteúdos e aspectos científicos da educação. É direito do alunado participar ativamente de sua aprendizagem e isto se refere ao proposto nas normativas educacionais, bem como em diversas teorias educativas contemporâneas.

A concepção exposta por Carvalho (2006) apud Campos (2017, p. 100) é similar de muitos autores, pois desenvolve que, a desorganização dos objetivos da educação e das ações desmembradas em sala de aula, leva a desarmonia entre conteúdo e prática. Tudo aquilo que o professor desenvolver deve ser compatível com a demanda social em que se encontra.

O professor deve planejar claramente aquilo que anseia desenvolver em sua rotina escolar, não a dissociando de suas intenções futuras para a educação daquilo que é exposto momentaneamente na escola. A intencionalidade do educador deve ter propósitos alcançáveis e construídos ao longo de seus ensinamentos.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL X CONTATO DIRETO COM A NATUREZA

As autoras Fagionato-Ruffino; Souza & Souza (2015), desenvolveram uma reflexão muito interessante na construção da consciência ambiental na criança. Elas utilizam a frase “Não pise na grama!” Como título do trabalho e o explicam da seguinte forma, a escola cria

uma ideia de afastamento do aluno da natureza, ao invés de deixá-los livres para explorar o espaço. Sendo que suas atitudes são restritas ao espaço da sala de aula, o que não é coerente para a criação da mentalidade da preservação.

Em muitos casos, a natureza na escola se apresenta como acessório de decoração, por meio de um vaso, na grama em um pequeno espaço de jardinagem, inclusive reforçam para as crianças não mexerem para não estragarem ou até depredarem as plantas. Caso não ocorra por interação, terão dificuldade para aprender como tratar as árvores, as flores, etc. O ideal de distanciamento só será reforçado ainda mais.

Interessante a concepção de ANDRADE (2014, p. 17), pois a mesma atenta-se para o fato de que os adultos cobram das crianças, atitudes que eles mesmos não têm, ou seja, só será reproduzido um comportamento vivenciado pela experiência daquele educando. Para isso, os professores e pais devem sempre estar atentos às atitudes que tomam em seu dia-a-dia, pois crianças são curiosas e vão notar, caso haja uma discrepância entre o discurso de preservação e a prática assim elas podem tomar certas atitudes de caráter individualistas.

Assim Guimarães (2005) define que, os educadores tomam uma posição muito simplista da educação ambiental, sendo assim, associam o homem como cuidador do verde, mas como se ele não fizesse parte deste, sendo apenas um ser contemplador das obras divinas. Posição meramente (eco) logicista, preservação, mas não inserção do homem na natureza.

Não é simples instigar a atenção dos alunos em meio a tantas opções para que se desenvolvam, por isso o professor deve utilizar estes recursos a seu favor. Promovendo uma relação de segurança e confiança com o tema retratado. Porque não é possível falar e discutir qualquer assunto, sem nunca ter mostrado nada em sala de aula. Lembrando que, a educação infantil aprende com o concreto, eles precisam tocar, ver, ouvir, sentir ou seja, conhecer e viver os vários estímulos ao mesmo tempo que relacionam estes saberes a suas realidades.

Rocha & Prochnow (2015), salientam que uma forma muito simples e eficiente para trabalhar a EA com crianças é a criação de agendas. Deste modo, os pais acompanham todas as ações promovidas em espaço escolar e desenvolvem outras em casa.

3. O ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL COMO ELEMENTO DE LIGAÇÃO ENTRE HOMEM E NATUREZA

Para delinear a discussão veemente ao longo do texto, Segura (2001) apud Mattos (2017), define que a escola é o espaço em que mais se desenvolvem as habilidades sociais de um indivíduo. Todavia, carrega consigo a responsabilidade em moldar os cidadãos em prol de uma melhoria em seu desenvolvimento e concomitantemente em sua consciência coletiva.

O fato não é culpabilizar a educação pelas mazelas socioeconômicas e ambientais, pelo contrário, isentá-la de qualquer pré-julgamento e apresentá-la como recurso para tornar a sociedade mais justa e preocupada com os indivíduos. Muito além de inculcar nos discentes que é preciso preservar para não haver consequências futuras, necessita que se engaje os mesmos na problemática do individualismo. É preciso cuidar daquilo que é de todos.

Um mecanismo facilitador para a inserção do público da Educação infantil na causa ambiental é sua associação com o ensino de ciências na perspectiva da Educação Ambiental, a fim de aproximá-los dos processos de plantio, cultivo, além de preservação dos recursos já existentes, por meio da economia da água, aprender a reciclar, a fazer a separação correta do lixo, etc. Sempre valorizando aquilo que já estava aqui antes de nascerem.

Mendes; Santos & Queiroz (2016), as novas tendências metodológicas da educação, remetem a uma quebra de paradigmas e preconceitos já a muito constituídos. Um destes é a EA, a qual traz um novo conceito para a sociedade, o de sustentabilidade. Os alunos aprenderão a equilibrar suas ideias inovadoras com os recursos naturais pré-existentes.

A educação ambiental não é a solução para todos os problemas ecológicos do planeta, mas é o único caminho para a esperança. Apenas por meio do conhecimento que as pessoas aprenderão o que é correto e coerente com a sua realidade social.

Mattos (2017), salienta que a escola precisa fornecer aos educandos o suporte necessário para o seu desenvolvimento. Por exemplo, a responsabilização por atividades que retratem a questão do lixo, consumismo e ainda as embalagens. Não pensando nos resíduos

como descartáveis, restos sem valor, mas sim itens que podem se tornar algo produtivo.

Não é novidade que os alunos devem ser o centro de sua aprendizagem e não mais como responsabilidade do professor. Este agirá apenas como mediador, principalmente no tocante ao ensino a respeito da natureza, porque as crianças é quem devem procurar os recursos materiais, criar com aquilo que possuem, construir algo novo com sua imaginação e criatividade. Cabe ao educador, amparar e auxiliar neste processo, apenas assim, os alunos conseguirão desenvolver-se satisfatoriamente e a valorizar os bens naturais.

Como não poderia deixar de mencionar, a Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 é uma das mais importantes para a promoção da preservação do meio ambiente e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. No artigo 5 são definidos os objetivos da mesma, alguns deles são: democratização de informações ambientais, formação e fortalecimento da criticidade, incentivar a participação ativa em sociedade, de modo a manter o equilíbrio em suas práticas (BRASIL, 1999).

Complementando a mesma, seguem-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA, que reforçam a necessidade educativa em levar a temática ambiental para todos os níveis escolares, bem como que, deve haver por parte do meio acadêmico forte interação com as outras etapas educacionais, de modo, a criar programas e projetos que reforcem a discussão do tema pela sociedade (BRASIL, 2012 apud OLIVEIRA, 2015).

Assim como menciona Morin (2004), influir para a consciência, não é apenas buscar resolver um problema em um dado momento, quer seja promover a ideologia correta, ou seja, se aplica em mobilizar a sociedade para a causa efetivante, não como tijolos para a construção, que são um apoio para que a parede não suda, mas sim como um motor gerador, que irá afetar as próximas gerações, porque não permanecerá estático em um único ponto.

Quem seria o causador da ação? O professor!

Thiollent (1998, p.71) apud Evangelista (2009), o autor indica que os pesquisadores são o subsídio dos educadores, que vão ser como interlocutores para a sociedade, pois a partir de sua metodologia e dinâmica de ensino-aprendizagem a ciência fará palco na sala de aula.

Moreira (2011) apud Oliveira (2015), define que existem várias problemáticas que permeiam a construção do currículo educativo, sendo assim, fatores como realidade socioeconômica e as relações intra e extra-escolar que se desenvolvem. Para isso, os educadores precisam se atentar aos questionamentos que devem fazer-se para efetivar o plano curricular, e a principal deles seria: qual sociedade, queremos formar?

O que o autor expressa em seus escritos, é que muito além de objetivos inalcançáveis, o currículo deve refletir os valores que a sociedade necessita naquele momento. Sendo assim, não podendo haver discrepância nos conteúdos, projetos e conseqüentemente ações realizadas pela educação. Se a sociedade vê uma emergência na preservação dos recursos, este deve ser o foco das propostas, porque a natureza pede socorro e não tarda para demonstrar.

Cruz (2018, p. 62) afirma que a Constituição Federal de 88 é um marco central para as ações em prol da conservação do meio ambiente, pois a define como essencial para a vida. Em seu artigo 225, manter o equilíbrio ecológico é um direito, um bem de uso coletivo, que deve ser cuidado, para que persista para a próxima geração, e é um dever do Poder Público preservá-lo.

Como designado anteriormente, o usufruto dos recursos naturais é um direito, no entanto, se enquadra em um dever coletivo quanto a sua preservação, porque, caso contrário a oportunidade das futuras gerações em se apropriar de seus benefícios será usurpada. Sendo assim, o cuidar é para o próximo, pois as ações da atualidade serão sentidas futuramente. Preservar é um ato de amor e altruísmo, não se faz apenas por um indivíduo, mas pela sociedade do futuro, que poderá ver e conhecer tudo que os contemporâneos puderam, não apenas por meio de livros ou fotografias.

Mattos (2017), afirma que é preciso articular a teoria e a prática, para que haja uma interação entre o conhecimento científico e a transformação, ou seja, deve existir intencionalidade na ação empregada pelos educadores e alunos. Por isso, será preciso desenvolver a já referida criticidade, que deve ser uma premissa social, não meramente escolar.

Não basta trazer para os alunos um amontoado de dados e conceitos científicos a respeito dos recursos naturais, mas procurar contextualizá-los com a realidade dos mesmos. O docente deve propor

soluções e promover discussões entre os educandos, para que juntos consigam compreender a dimensão da situação da natureza.

Rocha & Prochnow (2015), como a criança aprende por meio de suas experiências de vida, a sua família e a escola devem estar em plena consonância, para estimular a sua curiosidade, também para promover a interação com a natureza, a fim de construir um saber significativo. Portanto, será estimulada dentro e fora da instituição de ensino, podendo levar este conhecimento para a vida.

Se a criança não percebe o porquê de realizar determinada atividade, não a compreende, provavelmente não se interessará em fazê-la, se cansará rapidamente ou ainda se esquecerá da mesma com facilidade. Por isso, todas as práticas realizadas na sala de aula, devem ser contextualizados dentro da realidade e adequada a idade dos educandos.

Na Educação Infantil, os alunos precisam ter uma relação direta com o objeto que lhes é apresentado. Moraes (1992) apud Rocha & Prochnow (2015), salientam que o ensino que não tem efeitos efetivos, na prática, não pode ser considerado como bom. Como tal deve ter influência no comportamento e no modo de ação dos educandos, bem como de suas possibilidades de aprendizado e a habilidades a serem desenvolvidas.

METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa, portanto trata do aspecto humano-social, mais precisamente da interação do educando com a natureza e suas implicações para a sociedade. Ancora-se em uma revisão bibliográfica a respeito da temática da educação ambiental, essencialmente no ensino fundamental primeira fase. Sendo, portanto, um texto analítico-crítico das ações em desenvolvimento para melhoria dos resultados de um exercício contínuo de preservação dos recursos naturais em ambiente intra e extra- escolar.

Os dados foram coletados em artigos online sob a ótica da bibliografia especializada. Ao passo que, apenas aqueles que mencionaram a temática da educação ambiental de forma prática foram considerados para a pesquisa, por mostrarem-se com resultados positivos quanto a sua operacionalidade.

Todos os resultados apontavam para a possibilidade da oferta da temática em um processo transversal e multilateral, ou seja, em todas as disciplinas do currículo e ainda para todas as etapas da educação. Podendo ser a educação a alternativa mais palpável para a tomada de consciência por parte da sociedade da finitude dos recursos naturais.

Se afigura como um trabalho teórico, por descrever as pesquisas mais importantes da área e sintetizar suas conclusões, de modo que, consiga responder aos anseios das abordagens educativas contemporâneas. Tais como: o que fazer para mudar a realidade da sociedade com relação aos recursos naturais? Como instigar os alunos a se interessarem por essa causa? Entre outros.

Ao atrelar a inovação científica e as concepções do autor no texto, por meio da interpretação, faz referência aos estudos argumentativos. Sendo assim, explana-se a situação que mais parece coerente com as necessidades da sociedade atual e do expositor em seu papel de educador social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do estudo, pode-se notar uma constante menção a necessidade da promoção da educação ambiental no espaço escolar, principalmente no ensino fundamental primeira fase, justamente, porque quanto mais cedo aprenderem, mais os educandos poderão abordar a temática com mais consciência e responsabilidade social que irão se desenvolver ao longo do tempo.

O exercício do docente, deve ser diário e árduo, pois só assim as ações se tornarão efetivas. Não bastam existir leis que amparem este estudo, nem penalidades para aqueles que não as efetivem, o essencial é a aproximação dos educandos com a natureza. Os alunos devem tocar as plantas, bem como plantarem-nas, vê-las crescer, cuidar com carinho e muita atenção até gerarem frutos.

A responsabilização pelos danos ambientais não é da falta de educação, mas sim da escassez de instrumentalização, maior incentivo às produções científicas na área, criação de políticas públicas adequadas à realidade, e ainda, de haver poucas especializações e cursos direcionados a esta causa.

O grande problema da sociedade é o egoísmo, enquanto os indivíduos agirem apenas em prol da acumulação de bens materiais e

não pensarem no descarte de resíduos em locais adequados, bem como menor utilização de recipientes plásticos, canudos, sacolas, etc. O consumo deve ser consciente. O capitalismo sempre cobra mais dos recursos finitos, tais como: água, fauna, flora, etc.

Portanto, em virtude dos fatos mencionados somos levados a perceber que a única forma viável de se desenvolver o pensamento crítico e a conscientização é a educação. Não para inculcar nos educandos os problemas, mas sim, mostrá-los o que deve ser feito e como isto será benéfico para todos. Só o conhecimento pode mudar a falta de sensatez da humanidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Josefa D'Ângela do Nascimento Lima. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS SÉRIES INICIAIS DE (2 AO 5 ANO) NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO JOÃO RIBEIRO**. 2014. 32 p. Disponível em <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/13646/1/PDF%20-%20JOSEFA%20D%E2%80%99%20C3%82NGELA%20DO%20NASCIMENTO%20LIMA%20ANDRAD E.pdf>> Acesso em: 23 maio de 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1999.
- CAMPOS, Daniela Bertolucci de. **Educação Ambiental na Educação Infantil: Conhecimentos, Valores e Participação Política no Eixo de Trabalho “Natureza e Sociedade” do RCN**. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 12, n. 31, p.85-102 jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa> Acesso em: 20 de maio de 2020.
- CRUZ, Marcos Vinícius dos Santos. **ANÁLISE CRÍTICA DE DOCUMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MEC E DO MMA**. Orientador: Prof. Agustina Rosa Echeverría. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Pró reitoria de Pós-graduação (PRPG), Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Goiânia, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9011/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Marcus%20Vin%C3%ADcius%20dos%20Santos%20Cruz%20-%202018.pdf>> Acesso em : 20 de maio de 2020.
- EVANGELISTA, Larissa de Mello. **O LÚDICO E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DIÁLOGOS POSSÍVEIS**. Orientador: Prof. Dr. Márlon Herbert Flora Barbosa. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/585/1/dissertacao%20larissa.pdf>> Acesso em: 23 de maio de 2020.
- FAGIONATO-RUFFINO, Sandra; SOUZA, Carolina Rodrigues de; SOUZA, Ana Paula Gestoso de. **“NÃO PISE NA GRAMA!” O LUGAR DA CRIANÇA E DA NATUREZA NO CURRÍCULO ESCOLAR**. D.O.I.: 10.17271/68242b012 in: Brasil: Educação Ambiental na escola / Ricardo Miranda dos Santos (org.). – Tupã: ANAP, 2015.
- INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Educação ambiental: conceitos e práticas na gestão ambiental pública**/Instituto Estadual do Ambiente. Rio de Janeiro: INEA, 2014.
- MARQUES, Luiz. **CAPITALISMO E COLAPSO AMBIENTAL**. 3ª Ed. São Paulo, Campinas: Editora Unicamp, 2018.

Eduardo Augusto Ricardo, Elias Alves de Souza, Sebastião Ferreira Lisboa Neto–
**Educação Ambiental: Revisão Literária Sobre a Construção de uma Sociedade
Ecologicamente Consciente**

MATTOS, Mariane de. **PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM PERIÓDICO DA ÁREA DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA**. Orientadora: Rosângela Inês Matos, Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira do Sul, Curso em Licenciatura em Ciências Biológicas, Cerro Largo, RS, 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2473/1/Mattos.pdf>> Acesso em: 23 de maio de 2020.

MENDES, Felícia Cardoso; SANTOS, Bianca Mendes dos; QUEIROZ, Marcelo Bruno Araújo. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE CIÊNCIAS**: enfoque para a sustentabilidade, 2016.

MORIN, E. **PESQUISA-AÇÃO INTEGRAL E SISTÊMICA: UMA ANTROPOEDAGOGIA RENOVADA**. Tradução: Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

OLIVEIRA, Jennifer Santos de. **CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO DE DISCURSOS AMBIENTAIS DE FUTUROS PROFESSORES DE CIÊNCIAS/QUÍMICA PARA UMA ABORDAGEM CRÍTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**. Orientador: Profa. Dra. Agustina Rosa Echeverría. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Pró-Reitoria de Pós-graduação (PRPG), Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Goiânia, 2015. Disponível em:

<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5299/5/Disserta%20Jennifer%20Santos%20de%20oliveira%20-%20202015.pdf>> Acesso em: 23 de maio de 2020.

REIGOTA, Marcos. **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL FRENTE AOS DESAFIOS APRESENTADOS PELOS DISCURSOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A NATUREZA**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.2, p. 539-553, maio/ago. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ep/v36n2/a08v36n2.pdf>> Acesso em: 24 de maio de 2020.

ROCHA, Ana Gabriela da Silva; PROCHNOW, Tania Renata. **EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA O TRABALHO E A VIDA: UMA PROPOSTA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Ensino de Ciências para sustentabilidade. 2º encontro de ciências em educação para a sustentabilidade, 2015.

THIOLLENT, Michel. **METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1998.